

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
HISTÓRIA - LICENCIATURA

MÁRCIA THAÍS PROGENIA DA SILVA

**OS CAMINHOS DE UMA FONTE HISTÓRICA:
DOCUMENTOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O ESTUDO DAS
RELAÇÕES DE TRABALHO NA MATA NORTE DE PERNAMBUCO.
(NAZARÉ DA MATA, 1967)**

RECIFE, 2023.

MÁRCIA THAÍS PROGENIA DA SILVA

**OS CAMINHOS DE UMA FONTE HISTÓRICA:
DOCUMENTOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O ESTUDO DAS
RELAÇÕES DE TRABALHO NA MATA NORTE DE PERNAMBUCO.
(NAZARÉ DA MATA, 1967)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História-
Licenciatura da Universidade
Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do
título de Professor de História.

Orientadora: Professora Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Coorientador: Me. Renata Borba Cahú Siqueira

RECIFE, 2023.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Márcia Thaís Progenia da.

Os caminhos de uma fonte histórica: documentos da Justiça do Trabalho para o estudo das relações de trabalho na Mata Norte de Pernambuco. (Nazaré da Mata, 1967) / Márcia Thaís Progenia da Silva. - Recife, 2023.

52 p. : il.

Orientador(a): Christine Paulette Yves Rufino Dabat

Cooorientador(a): Renata Borba Cahú Siqueira

(Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2023.

1. Fonte histórica. 2. Trabalhadores rurais. 3. Justiça do Trabalho. 4. Mata Norte de Pernambuco. 5. Ensino de História. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino. (Orientação). II. Siqueira, Renata Borba Cahú. (Cooorientação). IV. Título.

900 CDD (22.ed.)

MÁRCIA THAÍS PROGENIA DA SILVA

**OS CAMINHOS DE UMA FONTE HISTÓRICA:
DOCUMENTOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA O ESTUDO DAS
RELAÇÕES DE TRABALHO NA MATA NORTE DE PERNAMBUCO.
(NAZARÉ DA MATA, 1967)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de História-
Licenciatura da Universidade
Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do
título de Professor de História.

APROVADO EM: 26/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Joana Maria Lucena de Araújo
Universidade Federal de Pernambuco

Ma. Renata Borba Cahú Siqueira
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Neste momento final na conclusão deste trabalho, é necessário reconhecer e agradecer todo o esforço realizado pelos envolvidos e responsáveis à sua maneira, por me auxiliarem nas etapas de construção do conhecimento presente nesta pesquisa.

Agradeço à Professora Dra. Christine Dabat, que de maneira generosa me acolheu na orientação deste trabalho e sempre ouviu com muita atenção as minhas perspectivas iniciais sobre o território de Pernambuco e a historiografia da produção açucareira no local. Agradeço também por todos os encontros promovidos para o debate e a reflexão sobre a História do açúcar. Sendo Christine umas das minhas maiores inspirações de pesquisa que possibilitaram a produção desta referida monografia.

Agradeço a Ma. Renata Cahú, por toda sua disponibilidade em me auxiliar nesta caminhada, aceitando com muita gentileza o convite de atuar como minha co-orientadora. Saiba que todos os seus apontamentos e considerações tornaram-se fundamentais para a lapidação deste estudo.

A toda minha família, que reconhece o meu esforço, me apoia e fica feliz com as minhas conquistas, isso também é para vocês.

A Davi, que de maneira incondicional me apoiou e me auxiliou nas longas noites de pesquisa e escrita deste trabalho. Por toda paciência, reconhecimento e amor dedicados a mim a cada dia. Meu mais profundo obrigada.

A toda equipe do arquivo LAHM/TRT6^a – UFPE, pelo acolhimento e auxílio no trato e na coleta da documentação, que não seria possível sem a existência deste espaço.

Por fim, agradeço a todos os meus professores e mestres por todo auxílio e motivação neste processo de escrita do conhecimento histórico. Sem vocês este trabalho não seria possível.

RESUMO:

A partir da análise histórica sobre a trajetória da produção e domesticação da cana-de-açúcar no território de Pernambuco, desde a colonização portuguesa foi possível reconhecer as primeiras relações de trabalho em larga escala da localidade. A discussão entrará no universo singular do Estado. Há as grandes terras destinadas à monocultura açucareira, possuídas pelo patrão/empregador, dono dos latifúndios e da pomposa casa grande. Os escravizados africanos e indígenas, trabalhadores que representam a sobrevivência dentro desta estrutura social, marcada pela acumulação do capital, através da posse da terra, destinada à agricultura econômica. Este estudo é sobretudo sobre o trabalhador do açúcar, a partir das suas condições de vivência na zona rural, a região canavieira do Estado no que toca às suas permanências e limites impostos pela organização social, política e econômica deste país, surtindo efeitos em como se apresenta às relações de trabalho nesta sociedade. Sob essa abordagem educacional há a utilização de fontes documentais disponibilizadas pelo Laboratório de História e Memória (LAHM) localizado na Universidade. Esses documentos, são reclamações trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região, (TRT6ª). observa-se as reivindicações desses trabalhadores rurais direcionados à Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Nazaré da Mata, para solucionar os conflitos e a falta de aplicabilidade das leis no ano de 1967 na Zona da Mata Norte pernambucana. Desta análise, foi construindo-se uma abordagem sobre as dinâmicas da Justiça do Trabalho neste ambiente tão problemático para o trabalhador do açúcar no século XX. A presença do Estado nas relações entre empregador e trabalhador apresentará as novas articulações desses grupos, emergidos nas forças políticas de um país representado por uma grande concentração de trabalhadores. O trabalho e suas relações representará uma perspectiva de ensino, que permeia a realidade do jovem estudante. As bases legais que sustentam as leis trabalhistas, o Direito do Trabalho e o Estatuto do Trabalhador Rural, criadas para determinar as relações de trabalho no sistema capitalista, serão reveladas a fim de perceber como essas atuam nas decisões da Justiça do Trabalho na presença dos trabalhadores rurais no ano de 1967, analisando neste período a tensão e o autoritarismo da administração política brasileira.

Palavras-Chave: Fonte histórica, Trabalhadores rurais, Justiça do Trabalho, Mata Norte de Pernambuco, Ensino de História.

SUMMARY:

Based on the historical analysis of the trajectory of sugarcane production and domestication in the territory of Pernambuco, since Portuguese colonization, it was possible to recognize the first large-scale labor relations in the locality. The discussion will enter the singular universe of the State. There are large lands destined for sugar monoculture, owned by the boss/employer, owner of the large estates and the pompous big house. The enslaved Africans and indigenous people, workers who represent survival within this social structure, marked by the accumulation of capital, through the possession of land, destined for economic agriculture. This study is mainly about the sugar worker, based on his living conditions in the rural area, the sugarcane region of the State in terms of his permanence and limits imposed by the social, political and economic organization of this country, having effects on how he works. presents to work relations in this society. Under this educational approach, documentary sources made available by the History and Memory Laboratory (LAHM) located at the University are used. These documents are labor complaints from the Regional Labor Court of the 6th region, (TRT6th). It is possible to observe the demands of these rural workers directed to the Conciliation and Judgment Board (JCJ) of Nazaré da Mata, to resolve conflicts and the lack of applicability of laws in 1967 in the Zona da Mata Norte of Pernambuco. From this analysis, an approach was built on the dynamics of Labor Justice in this very problematic environment for sugar workers in the 20th century. The presence of the State in relations between employer and worker will present new articulations of these groups, emerging in the political forces of a country represented by a large concentration of workers. Work and its relationships will represent a teaching perspective, which permeates the young student's reality. The legal bases that support labor laws, Labor Law and the Rural Worker Statute, created to determine labor relations in the capitalist system, will be revealed in order to understand how these act in the **decisions** of the Labor Court in the presence of workers rural areas in 1967, analyzing the tension and authoritarianism of Brazilian political administration during this period.

Keywords: Historical source, Rural workers, Labor Justice, Mata Norte de Pernambuco, History Teaching

LISTA DE MAPAS

Mapa I: Região Canavieira do Estado de Pernambuco

Mapa II: Trabalhadores rurais de ponta de rua, ex-moradores de engenho

Mapa III: Municípios que compõem a JCJ de Nazaré da Mata

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC: Base Nacional Comum Curricular

Cr.\$: Cruzeiro

CLT: Consolidação das Leis de Trabalho

ETR: Estatuto do Trabalhador Rural

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LAHM: Laboratório de História e Memória

JCJ: Junta de Conciliação e Julgamento

SAPPP: Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores

TRT: Tribunal Regional do Trabalho

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 A doçura do poder: espelho de uma elite rural amarga para os trabalhadores do açúcar	11
1.2 As relações de trabalho: herdeiras de um tempo passado cristalizado no espaço	13
1.3 Plantation: o espaço social	17
2. CAPÍTULO I: A ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO: HISTÓRIA DE UM LUGAR COMPLEXO E O PAPEL DAS FORÇAS POLÍTICAS	20
2.1 Contextualizando as forças políticas	20
2.2 Zona Rica população pobre: o ciclo da cana	23
2.3 “Plantas daninhas ao latifúndio: as ligas camponesas”	27
2.4 A presença da Justiça do Trabalho no campo	29
2.5 O nascimento da Junta de Conciliação e Julgamento	30
2.6 O recuo da luta: o golpe militar	31
3. CAPÍTULO II: PERNAMBUCO À FRENTE: A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS EM PERSPECTIVA	33
3.1 “Laboratório de experiências sociais”	33
3.2 O Mundo do trabalho após o golpe	35
3.4 Os caminhos de uma pesquisa	36
3.5 Uma história feita pela memória	37
3.6 A Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata	39
3.7 O perfil desses trabalhadores nos processos trabalhistas	41
3.8 . As experiências dos trabalhadores rurais	43
Considerações Finais	47
Referências Bibliográficas	51

1. INTRODUÇÃO

Ao aprofundar-me no estudo relacionado às dinâmicas trabalhistas e vivências definidas pelo grupo social que compõem este território, no ano de 1967. Uma sociedade rural, marcada pela monocultura da cana-de-açúcar enraizada no Nordeste do Brasil. Nesta região a plantação de cana tornou-se por um considerável tempo, um dos principais territórios de produção e pesquisa. Estas produções de cunho científico foram incorporando-se a uma imensa parte da historiografia nacional. As relações de conflitos encontradas na Zona da Mata, do Estado de Pernambuco foram condicionadas e possibilitadas pelo significado dado a este território.

Espera-se que essa exposição dos fatos históricos, utilize os conceitos e procedimentos referentes às habilidades e práticas que englobam as atitudes e os valores para a resolução de demandas complexas da vida cotidiana, no pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. O aprofundamento dessas aprendizagens, essencialmente reproduzidas na educação voltadas para o ensino básico, são integradas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este registro é o documento-mor, responsável por normatizar as definições referentes às aprendizagens essenciais que todo aluno deve vir a desenvolver ao longo das etapas do ensino escolar, especificamente nos últimos três anos, o ensino médio.

Portanto, pensando na área da pesquisa histórica e na necessidade do seu diálogo com a história enquanto matéria escolar, integrada ao currículo de aprendizagem do ensino médio. Buscou-se o desenvolvimento e a capacidade dos jovens em estabelecer diálogos entre os indivíduos e grupos sociais. Com a finalidade de analisar, comparar e compreender as diferentes sociedades, sua cultura material, sua formação e o seu desenvolver-se no tempo e também no espaço. A natureza de suas instituições, as razões que levam às desigualdades, os conflitos e as relações de poder, no interior da sociedade ou no contexto mundial.

Desse modo, a produção açucareira em larga escala encontrada no território de Pernambuco, foi repensada sob uma maneira de problematizar a partir de alguns conceitos presentes nas ciências humanas. Fundamentais para a compreensão deste processo. O indivíduo; a natureza; a sociedade; a política e o trabalho, poderão vir a ser desdobradas e analisadas, de acordo com a especificidade deste recorte espacial e temporal.

1.1 A doçura do poder: espelho de uma elite rural amarga para os trabalhadores do açúcar

*“Os silêncios majoritários”*¹

O estado de Pernambuco foi responsável por elevar as exportações da cana-de-açúcar para uma grande parte do mercado europeu a partir do século XVI. Atraindo os olhares externos para este pequeno território, que representa na historiografia regional a principal engrenagem de desenvolvimento da administração comercial do que hoje vem a ser o país capitalista brasileiro. Sendo até os dias de hoje, uma nação responsável pela expressiva produção do produto comparado a outros países do globo. Atualmente, não ocupa o primeiro lugar na posição de maiores exportações, mas ocupa o: “segundo lugar no ranking mundial de produção de açúcar.”²

As primeiras evidências sobre esta produção no território denunciam a exploração da mão de obra autóctone e africana. Neste processo árduo que caracterizou a técnica do fabrico do açúcar refinado. Esta forma de produzir a gramínea carregou em si um funcionamento dominante e monopolizador. Dando a este local, um destaque ao direcionar a economia-mundo, “chamadas de áreas econômicas chave”² em seu auge de exportação do açúcar para Portugal, a metrópole é responsável por destinar o produto para toda a Europa.

Pensando nesta planta a partir das suas diversas dimensões geográficas e temáticas, nos deparamos com um universo alimentar sistematizado. Dando complexidade à relação cultural, existente a partir da domesticação e produção em larga escala, da cana-de-açúcar.

Especialistas nesta temática como o Antropólogo Sidney Mintz, que pode ser considerado um pioneiro na historiografia econômica sobre diversos níveis do uso e consumo do açúcar. Realizando um trabalho completíssimo e fundamental para compreender as facetas dos indivíduos, envolvidos no processo de produção. Desde o seu plantar e colher, ao seu processo de mascavar e empacotar em “caixas de açúcar.”³ Diante disso, teremos consumidores, plantadores e trabalhadores desta matéria-prima. Saindo assim de qualquer sentido eurocêntrico sobre esta produção, a pesquisa caminhará ao contrário do olhar exclusivo à casa grande. Atentando-se para as tensões presentes nas relações sociais,

¹ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona Canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 35.

² DABAT. 2007. p. 400.

³ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993. p. 120.

estabelecidas por esta dinâmica de trabalho e produção.

O mesmo autor analisa o aumento da produtividade desta especiaria asiática ao realizar conexões entre o consumo deste produto, que começa a ser percebido com mais regularidade entre o paladar de diversos continentes. Onde as relações comerciais faziam a cana-de-açúcar circular depois de cortada e manipulada no processo de safra e fabricação. Esta atividade econômica tornou-se cada vez mais intensa, como poderemos verificar no território Pernambucano.

É a partir dessa intensificação do consumo que donos de engenho passaram a utilizar mais e mais das dimensões de terra para a produção monocultora. A fim de suprir o querer por açúcar tão agudo e devo citar, elitizado, visto que não chegaria ao paladar de grupos menos abastados, com tanta frequência e status.

Este território foi um dos principais provedores da produção açucareira que se apresentou muito bem sucedida. Ao observarmos as grandiosas taxas de exportação e acúmulo de capital deste comércio. Em um período onde o querer por doce representará uma causa nobre destinada aos grandes banquetes e decorações da monarquia europeia. Sendo assim, é possível perceber o abismo social existente entre os trabalhadores do açúcar e os consumidores do produto doce, refinado.

Ao mesmo tempo, essa produção conseguiria estabelecer conexões com outras culturas por meio dessas interações do comércio. “Neste sentido, o empreendimento que objetiva o cultivo da cana-de-açúcar, para fins comerciais, fundou-se a partir desta ligação entre regiões distantes e distintas na terra.”⁴

⁴ SIQUEIRA 2020. p. 26.

1.2 As relações de trabalho: herdeiras de um tempo passado cristalizado no espaço

“Na história das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco, diferenças na modalidade de exploração não afetam a coesão do sistema-mundo. Pelo contrário, elas a abastecem.”⁵

Paralelo a intensificação da produção desta matéria prima que é o açúcar refinado por ser tão versátil e apresentar-se a longo prazo nas linhas de perspectivas capitalistas, há as dinâmicas que regulam esta sociedade. É possível ter como base conflitos estabelecidos entre a classe dominante e os trabalhadores do açúcar imersos nesta paisagem rural com concepções bastante divergentes. Essa diferenciação pelas dinâmicas estabelecidas na paisagem é abordada pelo professor e pesquisador, Thomas D. Rogers. Em suas contribuições vem oferecendo novas perspectivas sobre a vida dos trabalhadores e as mudanças no meio ambiente.⁶

Seguindo algumas colocações do autor, a partir da administração colonial os “senhores de engenho enfatizavam o *efeito* da posse de propriedade, em vez do *fato* da posse.”⁷ Esta reformulação sobre a posse da terra expandiu os elementos postos sobre os efeitos dessa dominação. Para o senhor de engenho era preciso controlar todos os recursos desta paisagem, que desde o regime escravocrata estendeu-se para a posse do próprio trabalhador, que labutava nas safras e no processo de refinação do açúcar.

Essas relações de trabalho são definidas pela professora e historiadora Christine Dabat, “como aspecto chave de qualificação da sociedade”⁸ brasileira. Ganhando dentro deste desenvolvimento um destaque planetário de referência nos ritmos de produção do açúcar. Estabelecida neste território no que caracterizou o seu período colonial com a presença da administração portuguesa. Percebendo que “ao longo dos séculos de produtividade, poucas foram as alterações sofridas nas bases de tais estruturas.”⁹

Elencar essa contextualização neste estudo será uma forma de esclarecer as raízes desse passado. Delineando as relações de trabalho na Zona da Mata Norte de Pernambuco com

⁵ DABAT. 2007. p. 391.

⁶ ROGERS, Thomas D. **Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata Pernambucana**. Cadernos de História - Oficina de História. Ano VI, Nº 6, Ano 2009. p. 2

⁷ ROGERS. 2009. p. 2.

⁸ DABAT. 2007. p. 20

⁹ SIQUEIRA 2020. p. 27.

os movimentos de trabalhadores no modelo de capitalismo na década de 1967. Investigadas a partir da análise de uma fonte histórica materializada pelos processos trabalhistas ligados ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª região.¹⁰ Por ser este o órgão responsável pela conciliação das reclamações trabalhistas, a partir da atuação das Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ), estabelecidas no século XX. O objetivo seria pacificar as relações de conflitos nos ambientes de trabalho de todo o país. Dentre elas a agroindústria açucareira que já vinha sendo formulada a partir da participação direta do governo desde os primeiros incentivos do Estado na sua produção em larga escala, no século XIX.¹¹

O elo entre a análise dessas fontes e os embates encontrados na Justiça do Trabalho ao observar os documentos se dá pela expansão dessa estrutura fundiária e o seu modo de operar uma economia globalizada capaz de inserir-se em todos os ambientes e lugares deste território. O sistema de produção aqui analisado surge enquanto um ciclo de um passado da nação. Desde as primeiras vilas, cidades e regiões que vieram a formar e expandir-se nos limites territoriais deste espaço. As marcas deixadas pelo cotidiano da vida dos trabalhadores do século XVI - os banguês, as senzalas, a constante violência física e moral, os chicotes e as mortes, - são sentidas e vividas a partir de processos análogos no mundo do trabalho.

Como foi sintetizado no decorrer de todas as leituras realizadas sobre as relações sociais/trabalhistas nesta região criam-se expectativas para analisar as argumentações que evidenciam o caráter problemático da zona rural/canavieira do Brasil no século XX. Muitas considerações podem ser elencadas ao estudo sobre os aspectos da vida deste trabalhador rural. A interpretação das suas limitações, formas de sobreviver, alimentação, saúde, educação, reivindicações, lutas e experiências são contrastadas nesta relação entre empregador, empregado, leis trabalhistas e o papel do Estado.

A partir das possibilidades encontradas na análise deste acervo documental foi possível identificar que grupo social iria reivindicar seus direitos enquanto trabalhador ao Órgão público. Suas principais reclamações, o perfil desses trabalhadores, o contexto do ano em que foram realizados os processos. Compreendendo quais as forças políticas que atuavam no funcionamento da JCJ. Além das possíveis permanências de uma relação de trabalho muito específica e característica dessa estrutura fundiária destinada à produção monocultora da zona canavieira.

Esta unidade federativa está localizada na costa do Oceano Atlântico. Apresentando

¹⁰ O TRT6 é o órgão da Justiça do Trabalho, pertencente ao Poder Judiciário da República Federativa do Brasil, sediado na capital de Pernambuco, em Recife.

¹¹ ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. Editora: UNESP, 1994. p.23

características geográficas fundamentais para o sucesso dessa plantação em suas terras. Seu clima é predominado pela divisão das regiões existentes neste estado. No Litoral prevalece um clima tropical e há um clima semiárido em seu interior.

A Zona da Mata é uma região de mata atlântica do litoral pernambucano. Nesse sentido, o termo referenciado a este local rememora a esta cobertura vegetal que foi desaparecendo, ao longo da sua extração por maiores hectares de terra para a monocultura da cana-de-açúcar, que ocasionou em uma larga e devastadora economia colonial.

Se tratando dos porquês, apesar de ocupar este lugar na História, a produção deste produto não deve ser considerada apenas por suas dimensões econômicas. Para um bom funcionamento desse sistema comercial, o estado de Pernambuco precisou operar uma complexa ordem de plantação, designada por muitos pesquisadores e historiadores como a *plantation açucareira*.

Essa região apresenta um horizonte de possibilidades para o sucesso da produção e exportação da cana-de-açúcar. Sua localização é privilegiada pela costa litoral do Estado, sendo este um dos pontos cruciais no que atraiu os portugueses já experientes no comércio marítimo. Os colonizadores buscavam pela velocidade do transporte, para assim obter altos lucros com a produção vinda da colônia.

No sentido dado pela historiadora Christine Dabat, a instalação da plantação no local facilitou a proximidade com a metrópole portuguesa. Tornando o território da Zona Canavieira de Pernambuco, “um novo mundo” referente às “antigas terras do açúcar”.¹²

Este tipo de administração agrícola/industrial, passou a ser estabelecida desde o século XVI. Resultando em um território pernambucano formado por lugares com uma história complexa. Com muitos perdedores, vencedores e vítimas. Este estudo mostrará que nos dias atuais, a história deste território acaba onde a mesma começa. Nos levando sempre ao mesmo lugar: a zona canavieira/rural do Estado.

¹² DABAT. 2007. p. 50.

Mapa 1: Região Canavieira do Estado de Pernambuco



FONTE: DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho:** Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona Canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 57.

1.3 Plantation: O Espaço social

“A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandamos neles. Mandavamos também nos bois, nos burros, nos matos.”¹³

A *plantation* é um conceito empregado tanto na literatura como na historiografia para esclarecer a dinâmica presente na essência da natureza dessa agroindústria açucareira, no Nordeste do Brasil. Percebendo os desejos e necessidades dessa classe controladora que dominava os meios produtivos, econômicos e políticos da estrutura social fincada nessas terras. Nas palavras do professor José Marcelo Marques, podemos definir essa estrutura fundiária mas também social, da seguinte maneira:

“Sua estrutura labiríntica, longe das forças públicas externas, que facilitava o abuso da autoridade patronal sobre centenas de milhares de indivíduos, tornou-o singular em comparação a outros ambientes de trabalho no Brasil. As plantations eram como sociedades paralelas que possuíam suas próprias “leis”; seus próprios costumes; sua própria moeda; sua própria moralidade; e até sua própria linguagem. Todos os âmbitos da vida dos indivíduos confinados em seu interior estavam direta ou indiretamente ligados à sua configuração espacial concentracionária instituída ao longo de cinco séculos.”¹⁴

Como dito acima, a *plantation* era o espaço de trabalho formulado sob estratégias de contingência e limitações para a vida desses trabalhadores do açúcar. Não representava qualquer modelo administrativo sem planejamento. Muito pelo contrário, sua “geografia inextricável”¹⁵ permitia que os plantadores conseguissem dominar todos os recursos naturais e até mesmo hídricos do espaço. Assim como a organização e a distribuição desses grupos em locais específicos dos engenhos, impondo onde estes sujeitos deveriam morar, qual o seu local de trabalho, o que deveriam comer e é claro, a localização da casa grande nesse sistema

¹³ ROGERS. 2009. p. 3.

¹⁴ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX). 2 Ed. Ampl - Recife: Editora UFPE: 2022.** p. 22. Em sua tese, o professor José Marcelo, conecta três conceitos que tornados chaves, para compreender, o funcionamento administrativo, bem articulado da *Plantation*. O Espaço, o território e a paisagem, são destrinchados, através de recursos transdisciplinares em sua obra.

¹⁵ FERREIRA FILHO, 2022. p. 22

monocultor. Estas são algumas dentre todas as outras restrições, encontradas nesta paisagem articulada para subjugar o trabalhador do açúcar.

Essa administração econômica carrega definições muito características do projeto colonial imposto por Portugal nesse novo continente, imerso a novos resquícios do acúmulo do capital. Pensando na acumulação plena do capital a partir da exploração dessas terras por meio da distribuição dos hectares destinados aos seus nobres da coroa europeia. O lucro deste produto comercial enchia os cofres portugueses neste seu sistema de produção arquitetado para o seu propósito econômico.

Nesse sentido, a palavra *plantation* deve ser empregada muito além de um sinônimo de produção agrícola. Seu funcionamento afetou diretamente a vida de todos inseridos neste espaço criado para suprir a preocupação política e econômica dos senhores de engenho portugueses. Estes trabalhadores rurais viviam para labutar e produzir riquezas a partir da grande acumulação de lucro/terra nas mãos de uma parcela de plantadores. "Esse foi o alicerce que se assentou na colônia brasileira".¹⁶ A propriedade e a terra foram protegidas com violência e coerção sem limites dentro dessa realidade. Percebendo as condições e restrições sobre as quais trabalhavam os que produziam todo esse açúcar.

Nas definições de Eric Wolf e Sidney Mintz,¹⁷ explanadas pelo historiador Ferreira Filho, a *plantation* é definida como:

“Uma instituição política e agro social, que preconiza uma situação onde terra, mão de obra e equipamentos são subjugados totalmente como mercadorias e as relações que governam seu uso, são avaliadas totalmente à luz da contabilidade ‘racional’ de custos.”¹⁸

Dentro deste espaço a produção açucareira apresentava-se importantíssima e dispendiosa, requerendo consideráveis habilidades e técnicas.¹⁹ Pactuando grandes quantidades de trabalhadores que sofriam com a labuta nos grandes canaviais. O engenho inserido na configuração da *plantation* criou assim uma força de trabalho socialmente diferenciada".²⁰

A exposição sobre a *plantation* acaba por se enquadrar nas relações de trabalho estudadas nos processos trabalhistas do século XX, a partir dos documentos do Tribunal

¹⁶ SCHWARTZ. 1993. p. 95.

¹⁷ Abordagem ancorada à obra do professor José Marcelo M. em: **Arquitetura Espacial da Plantation açucareira...**

¹⁸ FERREIRA FILHO. 2022. p. 24.

¹⁹ MINTZ. Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?”. Tradução de Caio Maciel e C. R Dabat. In: Revista de Geografia. Recife. UFPE. Vol. 8 nº 1/2, 1992. p. 97-120.

²⁰ SCHWARTZ. 1998. p. 120.

Regional do Trabalho. Os autores aqui elencados foram guias essenciais para a observação e síntese dessas cristalizações, presentes na paisagem rural. Tornando possível compreender o “presente-contexto sempre mutante, e as heranças do seu passado,”²¹ percebidas na Zona Rural do Estado. Os autores elencados até aqui, são fundamentais para esclarecer a configuração sociocultural da *plantation* açucareira. Sendo esta historicamente limitadora para o trabalhador rural, com raízes fincadas na colonização portuguesa e as novas experiências traçadas pela configuração do modelo econômico capitalista.

Não existiria, portanto, *plantation* sem relações sociais. Esta é fruto de uma intensa relação entre o território e a sociedade. Emergidos desse processo dinâmico em dar existência ao sistema monocultor e o seu secular domínio territorial. Sendo estes engenhos a primeira região guiada para arquitetar uma sociedade marcada pela violência, a desigualdade social, política e econômica.

A abordagem antropológica encontrada nas vastas pesquisas realizadas pelo professor, Sidney Mintz,²² tornou o horizonte de pesquisa sobre a região canavieira de Pernambuco, algo atual e problemático. As relações de poder enraizadas na dinâmica de produção da cana-de-açúcar encontradas na agroindústria do Nordeste do Brasil do século XX também estarão relacionadas com a proteção garantida a este trabalhador rural introduzido neste sistema industrial capitalista. Contrastando com “o novo agente corretor de desigualdades.”²³ O Direito do Trabalho emergiu enquanto um instrumento legal, de combate às relações assimétricas encontradas neste recorte histórico e geográfico da Zona da Mata de Pernambuco.

O caminho para essa abordagem, é também um caminho pela aprendizagem dessa sociedade. Sabendo-se que todo ser humano na sua interação com a natureza exerce atividades que a transformam e a modificam. Nesse processo que vem a qualificá-lo como um ser social, percebido pela singularidade das suas atividades. A partir desta análise, será possível identificar em que sociedade estes trabalhadores estão inseridos; como estes ocupam o território e como se dá a organização de suas atividades e costumes. Sendo essas atribuições responsáveis pela sua especificidade cultural e histórica.

²¹ FERREIRA FILHO. 2022. p. 25.

²² Este antropólogo já no final da década de 40, inicia seus estudos sobre assalariados agrícolas pagos para trabalhar nas plantações de açúcar e como estes viviam em situação de precariedade diante de todo o desenvolvimento econômico construído por eles próprios, a partir da exploração de sua força de trabalho.

²³ FERREIRA FILHO. p. 40.

2. CAPÍTULO I: A ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO: HISTÓRIA DE UM LUGAR COMPLEXO E O PAPEL DAS FORÇAS POLÍTICAS

2.1 Contextualizando as forças políticas

Elencar a contextualização do desenvolvimento econômico no estado de Pernambuco nesta pesquisa dedica-se a reforçar o compromisso educacional proposto pela BNCC. Na busca de apresentar um caráter inovador ao processo da aprendizagem. Atentando-se para os contextos históricos que estão além da simples acumulação de informações. Perceber a conjuntura política irá incluir questões centrais neste debate. Ao analisar as dificuldades do ensino, promoverá ao aluno diversos horizontes intelectuais que fogem da análise reduzida e linear da história. Afinal, esta disciplina procede muito mais das suas conexões e possibilidades do que das suas afirmações cheias de veracidade.

Dentro da análise desses acontecimentos podemos perceber como se promove a necessidade administrativa de interferir no que compete à Constituição, juntamente com o ambiente legislativo nacional, que acabará sendo palco das grandes movimentações em busca de superação das desigualdades vivenciadas pelos trabalhadores rurais nesse momento histórico.

Pensar na particularidade desenvolvimentista regional ao longo dos séculos²⁴ tornou-se possível a partir da leitura sobre a temática amplamente discutida pela historiadora, Maria do Socorro de Abreu e Lima, no período de 1945 a 1964. Nesta abordagem, o Brasil insere-se nessa expectativa de crescimento sob um território de recursos naturais tão atrativos, atributo fundamental dentro desse processo de desenvolvimento agrícola’.

Na passagem dessa nova ordem econômica mas também política, esta presença de governos internacionais se dá principalmente pelo interesse dos Estados Unidos neste local. O momento ganha o apoio de grupos da elite do Brasil que buscam nessa atividade a implantação de empresas modernas no país, possibilitada por estes recursos e estímulos estrangeiros.

Estudando o período observa-se que a ocorrência dessa “modernização conservadora”²⁵ desenvolve sérias problemáticas sociais em algumas regiões do Brasil. Isto porque todo esse apoio às reformas econômicas em processo neste país tinham o apoio dos trabalhadores mas

²⁴ ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos e projetos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

²⁵ ABREU E LIMA. 2005. p. 75.

também uma grande força política das camadas médias e boa parte da burguesia. Já este último grupo queria evitar qualquer avanço ideológico que pudesse pôr em risco o sistema capitalista fomentado para bem servi-los. Nesse sentido, o Brasil enquanto uma organização representativa tornava cada vez mais sólida a relação com o país norte americano em um caminho de interesses que retardaria a construção de legislações na busca pela superação da desigualdade socioeconômica cada vez mais presente e forte, como a raiz de uma árvore milenar.

Uma das regiões precarizadas pela nova política é o cenário da população da Zona da Mata de Pernambuco. Estes personagens ganham voz neste trabalho a partir dos argumentos, baseados em fontes históricas de natureza científica promovendo na prática um ensino elaborado pelo diálogo com a análise documental, a fim de discutir criticamente algumas circunstâncias históricas presentes no estudo dos diversos processos lidos.

Este procedimento é muito importante para o ofício histórico, pois a escolha das fontes pelo historiador em determinado viés educacional visa transformar o recurso em um documento de interrogação e reflexão. O conhecimento construído desvendará um pouco mais sobre a sociedade, responsável por produzi-lo.

As desigualdades que caracterizam este país também são reconhecidas pelo sistema educacional. Visto que, na direção de atender as expectativas dos estudantes e da sociedade serão estabelecidas diretrizes direcionadas ao ensino médio escolar dentro das competências, que formulam a educação básica - estas irão atuar como peças basilares a esta produção científica - dando a este grupo juvenil um papel de participação ativa na sociedade dentro das suas dinâmicas e diversidades. E é neste sentido que ao evidenciar esta sociedade marcada por definições postas em debate é estabelecido o papel da aprendizagem. Ao trabalhar com temas englobados na realidade do próprio aluno ou até mesmo de alguém inserido no seu grupo familiar. Onde se formula um ambiente de conhecimento para este estudante, por meio das suas experiências no ambiente de trabalho ou no ambiente jurídico e no exercício da sua cidadania. A partir dessa leitura pretendo elucidar as ferramentas histórico-metodológicas que tornam a produção deste conhecimento possível.

A aplicação de uma leitura técnica e histórica sobre o período, além de valorizar os papéis sociais, consegue atribuir um sentido de aprendizagem, às dificuldades sociais da sua própria realidade. Nesse sentido, as questões levantadas neste estudo não buscam uma resposta estática, mas sim o engajamento desse alunado nas questões essenciais do que se espera de uma boa política, refletindo sobre a atuação econômica, social e histórica do seu país, estado ou município.

No ato de conectar o aluno a este ambiente de pesquisa, possíveis articulações são apresentadas dentro desse estudo histórico guiado por uma rica abordagem interdisciplinar. Ao fomentar essa curiosidade, este tema não só incita reflexões como também promove ao ambiente escolar uma aprendizagem mais específica e científica da História, que é pouco conhecida neste carente diálogo entre a historiografia da academia, ou seja, das Universidades e o ensino de história nas salas de aula do país.

A partir disso, a questão perde a sua simplicidade em entender e contextualizar a economia predominantemente agrícola deste país. Quando se percebe que dentro dessa comunidade as teias desse universo se apresentam como problemáticas que cercam os trabalhadores rurais, presentes em todo este cenário como parte crucial para o desenvolvimento desse processo. Os interesses são apenas de alguns que prevalecem. São os privilegiados que dominam as forças políticas, desde o tempo colonial português, responsável por fixar uma organização administrativa, ignorando políticas públicas que desenvolvessem uma unidade nacional fortificada nos pilares da cidadania com a chegada do estado moderno.

O que há é o contrário disso, tudo que não se formulasse dentro desta lógica de comunidade de privilegiados seria ignorado, marcado pelo derradeiro abismo da realidade do mundo rural com os interesses das forças políticas. Esta administração advém de algo muito mais conectado e complexo. A elite em voga por muito tempo foi e continua a ser treinada e socializada para dominar os interesses do país.

2.2 Zona rica, população pobre: o ciclo da cana

“A civilização do açúcar, aqui desenvolvida, foi uma civilização eminentemente rural, destinada a produzir um produto primário cuja industrialização tendo que ser feita imediatamente após a colheita, (...) retinha no campo todas as atividades produtivas. (...) Era uma civilização que tendia a provocar uma nítida divisão da população em classes ou estratos sociais.”²⁶

Na tentativa de esclarecer as principais características deste espaço peculiar representado pela zona rural pernambucana, contemplam-se as dimensões históricas e culturais para além de uma mera abordagem cartográfica do território. Observa-se o arranjo dos objetos naturais, físicos, sociais, políticos e econômicos que em conjunto reforçam esta unidade, quase sempre percebida como natural, na formação da paisagem rural do Nordeste brasileiro.

Ao focar nesta problemática histórica da Zona da Mata Norte seremos levados a entender as relações de poder, que determinam as territorialidades. Dentro desta especificamente, poderemos alcançar “as formas de negociação e conflito, igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão.”²⁷

Considera-se que ao evidenciar o quadro social que se encontrava o trabalhador rural, de Pernambuco, resultar-se-á em um conhecimento capaz de desenvolver e estabelecer um diálogo entre esses indivíduos/grupo social e a classe estudantil. Sendo possível identificar nessa conjuntura a construção de significados dados a este grupo nas relações contemporâneas. Através de comentários e atributos relacionados a esta região/sociedade rural, que poderão ser repensados ou servir como uma luz para a análise dada à construção dos conceitos históricos.

Do ponto de vista da agricultura para o empreendimento do complexo sistema açucareiro em Pernambuco, a sua planície costeira conhecida como a Zona da Mata ou Zona Canavieira, - apresentada no mapa 1 - representa a região mais importante para o desenvolvimento desta monocultura no país. De qualquer modo, uma única política circundava

²⁶ ANDRADE. 1974. p. 15.

²⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. P. 573.

toda a região: o exclusivismo latifundiário sob a posse da terra e a exploração da mão de obra inserida nesta paisagem. Os trabalhadores rurais, seus ascendentes e descendentes, viviam precariamente nessa realidade de produção da cana-de-açúcar. Nesse universo contingente marcado pela *plantation açucareira*. “É prioritário considerar o raciocínio geográfico e estratégico, bem como o significado da história, da economia e da política na produção do espaço.”²⁸ É perceptível como o contexto do latifúndio marcado pela monocultura açucareira acabou determinando aspectos centrais da vida desse trabalhador rural. Resultando nessa configuração de uma Zona da Mata marcada politicamente pela desigualdade social.

Caminhando por essa perspectiva de abordagem histórica observamos nessa conjuntura e nesse entendimento de sociedade que revela o nascimento de um trato específico ao que podemos definir como união do capitalismo e os moldes do colonialismo mercantil. Imerso nessa configuração de um país com preocupações políticas e econômicas voltadas para uma elite nacional. Focada em bases de estruturas hegemônicas para solidificar-se através dessa lente de silenciamento que implica na própria prática de desumanizar o outro. Calando seus anseios e necessidades, sua cultura, formas de trabalho, formas de se relacionar. Tudo torna-se impraticável.

A partir das leituras e no decorrer das discussões foram sendo contempladas as dinâmicas e articulações dos movimentos sociais. Estas são elencadas num sentido de evidenciar as resistências dentro dessas relações de exploração. As lutas dos trabalhadores rurais, suas experiências e limitações dentro desse país que apresenta uma sociedade estruturada por uma hierarquia étnica, econômica e social.

Estes trabalhadores foram por muito tempo apresentados nesta configuração de povos “livres” e “escravizados” justificada por essa ideia de posse sobre o trabalhador(a) da terra. Que busca mudanças dentro desse cenário sócio político desta nação engendrada sob essa condição de país agroexportador, condicionado pela presença externa e influenciado a partir da própria transformação do mundo capitalista global.

Esses novos financiamentos do governo brasileiro semeia a dualidade da “modernização e pobreza,”²⁹ onde a expansão capitalista promove o impacto “ecológico e social,”³⁰ no país. Dentro desse posicionamento fica exposta a relação do homem com a terra, que passa por modificações nesse processo do ser humano no exercício da sua característica social de promover subjetividade às suas atividades. “Essa discussão a respeito das categorias,

²⁸ BRASIL. 2018. p. 573.

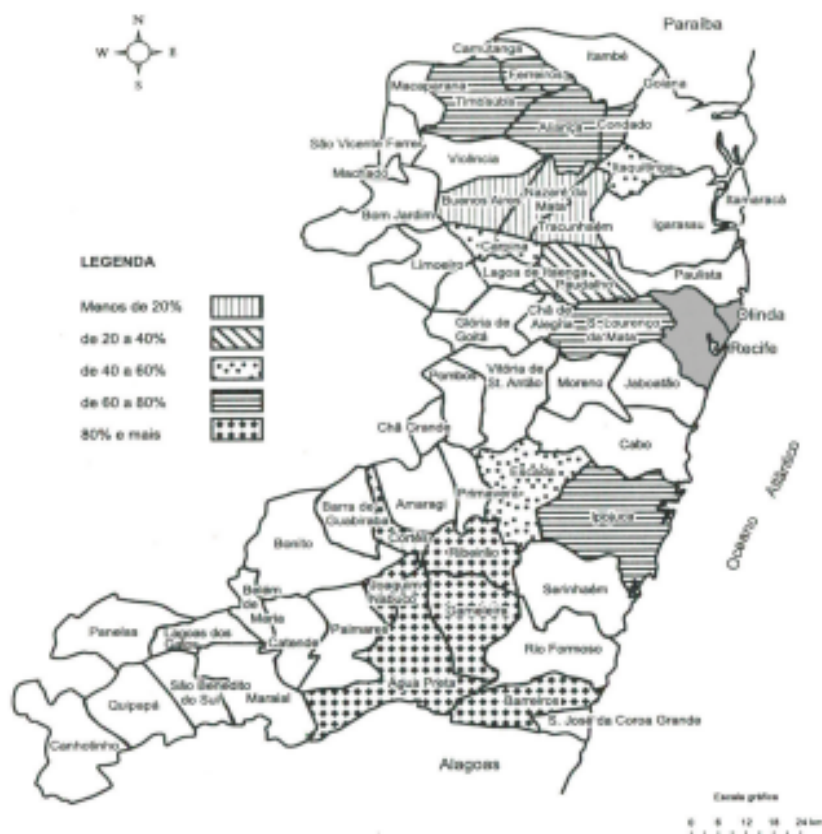
²⁹ ANDRADE, Manuel de Oliveira. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. Editora UNESP, 1994.

³⁰ ANDRADE. 1994. p. 18.

indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética, bem como de suas relações, marca a constituição das chamadas Ciências Humanas.”³¹

O cenário aqui apresentado foi extensivamente abordado por alguns pesquisadores, no século passado e continua sendo. Nessas abordagens foi importante comentar algumas temáticas que nos esclarecem um pouco mais sobre a condição desses trabalhadores do açúcar encontrados na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Ressalto que não falamos de uma pequena população da região rural mas de uma grande concentração populacional, responsável pela engrenagem da produção econômica oriunda da matéria prima que é o açúcar de Pernambuco.

Mapa 2: Trabalhadores rurais de ponta de rua, ex-moradores de engenho, que nunca tiveram terra cedida na forma de sítio ou roça



FONTE: DABAT, Christine Rufino: Moradores de Engenho: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona Canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007. p. 73.

³¹ BRASIL. 2018. p. 565.

Essa grande concentração de terra na mão de poucos, como relata o mapa 2, identifica em porcentagem o que representa a raríssima posse dos trabalhadores rurais sob a terra. Onde a falta absoluta deste fator - de sustento e estabilidade - gerou condições devastadoras para a possibilidade de sobreviver na sociedade. Dentre tantas limitações destaca-se a “monotonia alimentar”³² que marcará o ciclo vicioso da miséria que circunda a Zona da Mata Pernambucana. “Esperança de vida curta e mortalidade infantil elevada, atingiam taxas comparáveis às piores do mundo.”³³ O enquadramento dessa força de trabalho era condicionado pelo monopólio sobre a propriedade da terra. O domínio absoluto apresenta sinônimos de destaque: poder e garantia econômica destinados exclusivamente para os que estabelecem a monocultura da cana-de-açúcar. Por onde imperava o latifúndio sofria o trabalhador rural, afetado pelas permanências históricas desse sistema de produção. Enfatizados pelas relações de trabalho entre patrões e empregados, persistentes desde o passado escravista colonial.

Esse mecanismo arcaico acabou por reduzir até mesmo territórios do campo destinados à produção de alimentos para a subsistência de famílias de trabalhadores. O que acaba de ser exposto é como esse trabalhador do mundo moderno e rural brasileiro poderá vir a reivindicar uma realidade de carências tão limitadoras a si. Apenas pela categoria que este representa. Neste momento, há apenas um grupo que pode possuir as riquezas produzidas no país: a dos plantadores de cana que modernizam sua safra, sua moagem, seu processo de mascavar, mas se enquadram e cristalizam-se na sua política conservadora de exclusão e problemáticas relações de trabalho desta produção monocultora.

A necessidade de elencar essa narrativa ao ensino se dá pela predominância da temática na própria história do país. Mais ainda, do próprio estado. O estudo da agroindústria brasileira é marcado tanto pela sua proporção produtiva, quanto pelo seu papel histórico na formação cultural.

No que fica estabelecido na **competência específica 2**,³⁴ presente na BNCC referente às práticas da educação voltadas ao ensino médio, encontra-se a possibilidade de analisar essa formação territorial e fronteiriça da sociedade. Percebendo como determinadas ações do contexto geopolítico influenciam as relações de poder. Pois, ao evidenciar o poder concentrado nas mãos de um grupo latifundiário que cria de maneira muito organizada a

³² DABAT. 2007. p. 75. Sobre o termo, foi empregado por Robert Linhart, e apontado pela professora Christine Dabat.

³³ DABAT. 2007. p. 77

³⁴ BRASIL. 2018. A competência 2. p. 573.

partição dessa terra, pretendo dialogar com a **Habilidade EM13CHS203**,³⁵ estabelecida na Base Nacional Comum Curricular.

Quando esses trabalhadores rurais começaram a se organizar nos anos 50 e 60, já existia um número considerável de assalariados no campo. Como foi dito, a situação para toda essa camada de trabalhadores rurais era muito precária. Estes vinham buscando sobreviver com o que conseguiam abastecer no barracão.³⁶ Assim se dá a solidificação de uma elite dominante. Através dessa administração conservadora do estado, atinando no trabalhador rural a necessidade de adentrar nas discussões políticas do governo administrativo.

2.3 “Plantas daninhas ao latifúndio: as ligas camponesas”³⁷

A luta pela detenção de direitos trabalhistas foi iniciada muito antes da década de 60. Já no ano de 1954, a criação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores (SAPPP), que pouco depois seria reconhecida como as ligas camponesas foram criadas por foreiros do engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Inicialmente funcionou como uma forma de ajuda mútua e coletiva dentre os trabalhadores rurais que sobrevivem nesse conflituoso modelo de economia.

As ligas camponesas também recorreram à justiça com o objetivo de minar a intocável autoridade exercida pelo sistema patronal de plantação. Levar esses senhores de engenho à Justiça põe em xeque a absolutização do poder ao mesmo tempo que mostra ao trabalhador rural os direitos garantidos a ele.

O trabalho educacional deve ser árduo. Visto que muitas dessas relações de exploração do século passado por vezes são naturalizadas no discurso social. O diálogo desse estudo com as competências educacionais do ensino na educação básica irão fomentar de alguma forma, os significados de trabalho dentro dessa sociedade específica. A classe trabalhadora rural. Além dos seus processos de estratificação social caracterizados pela desigualdade. Essa

³⁵ “Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).” p. 573.

³⁶ O sistema assim designado foi mais uma forma de exploração vivenciada pelos trabalhadores rurais. Essa espécie de marcenaria, montada pelo dono da propriedade, abastecia os trabalhadores com gêneros alimentícios e dentre outros. Baseado no endividamento desses trabalhadores, os proprietários obrigavam o consumo exclusivo dos trabalhadores por sua mercadoria.

³⁷ CALLADO. 1980. p. 65.

competência é atribuída à **habilidade EM13CHS401**.³⁸

De qualquer maneira as organizações conservadoras de Pernambuco sempre se mostraram intensas e bem organizadas quanto ao seu conservadorismo. Criando um verdadeiro maldizer direcionado pela imprensa e alguns grupos políticos do período. Para o historiador, Antônio Torres Montenegro, a luta travada pelos trabalhadores rurais na reivindicação por melhores condições de trabalho ia além das questões trabalhistas. Tratava-se também de uma “luta por condições elementares de cidadania.”³⁹ O reconhecimento do seu trabalho e melhores pagamentos proporciona ao trabalhador rural a oportunidade de levar um sustento para si e sua família, além do provento de condições básicas como, a alimentação, à educação e a moradia.

Ninguém pode simbolizar melhor o espírito de revolta, que preocupa os senhores de engenho do que Elisabete Teixeira. Viúva do líder assassinado João Pedro Teixeira. Ela atuou por muito tempo como a presidente da Liga Camponesa de Sapé, que fica no estado da Paraíba. Em sua época, já somava quase dez mil associados e logo após se transformou em sindicato rural.⁴⁰

Seu marido foi assassinado por latifundiários. Desde então, a tragédia cometida a esta família marca o drama vivenciado por outros tantos trabalhadores rurais que enfrentaram e questionaram esse poder secular marcado pela *plantation* de Pernambuco. Carregada de diretrizes que atuam na conservação desse regime. O discurso da ativista se faz presente em diversas discussões, que afloram sobre a zona rural neste período do regime autoritário.

³⁸ BRASIL. 2018. “Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.” p. 576.

³⁹ ARAÚJO, Joana Maria Lucena de. **Trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho: a luta por direitos através dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação de Nazaré da Mata – PE (1963-1979)**. 2021. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. p. 34.

⁴⁰ CALLADO, Antônio. **Tempo de Arraes: A revolução sem violência**. 3ª edição. Ed: Paz e Terra, Brasil: 1980. P. 91.

2.4 A presença da Justiça do Trabalho no campo

“As instâncias representantes da Justiça do Trabalho, como as Juntas de Conciliação e Julgamento e os Tribunais Regionais do Trabalho eram o palco onde os trabalhadores e as entidades patronais podiam estar frente a frente, para muitos pela primeira vez em anos de relações trabalhistas, acompanhados de representantes legais e seus órgãos de classe, com a finalidade de solucionar conflitos.”⁴¹

Em sua análise etnográfica de uma Junta de Conciliação e Julgamento,⁴² A antropóloga, Moema Maria Marques Miranda aponta a recorrência de trabalhadores rurais pernambucanos à Justiça. Onde 90% dos processos trabalhistas analisados em seu estudo são basicamente formados por trabalhadores do açúcar e proprietários rurais da agroindústria açucareira.

A leitura minuciosa dos processos tornou possível perceber uma grande participação dos trabalhadores rurais à Justiça do Trabalho. Este órgão público tornou-se acessível para a solução das reivindicações até então silenciadas. Isto significou novas conquistas para a classe trabalhadora rural mas também muita resistência dos latifundiários.

Os autores sociais que dão vida à Junta não se resumem a estas duas classes. Dentro deste espaço de conflitos que se transformam em questões de natureza jurídica, decompõem-se em juízes, “árbitros legítimos dos conflitos trabalhistas,”⁴³ secretários, vogais e a participação do sindicato.

Ao identificar a presença do autoritarismo no período do Estado Novo iniciado no ano de 1937 e a partir de 1964 com o golpe militar, nos deparamos com a responsabilidade social de reconhecer a presença destes conceitos na sociedade brasileira. Relacionando os contrastes destes períodos elucidados com mais clareza ao aluno, sobre a importância de pautar argumentos críticos, para as diferentes formas de organização vivenciadas no cenário nacional. Neste momento em que há uma certa “consolidação política do intervencionismo do Estado,

⁴¹ SIQUEIRA. 2020. p. 52.

⁴² MIRANDA, Moema Maria Marques. **Espaço de honra e de guerra: Etnografia de uma Junta Trabalhista.** - Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1991.

⁴³ MIRANDA. 1991. p. 25.

nas questões trabalhistas.”⁴⁴

Desse fato, organizações paralelas aglutinam essa disposição dos trabalhadores rurais, que vão ganhando certa autonomia no que pode melhor articular suas lutas e movimentos de reivindicações nesta busca por melhores condições de trabalho. Garantidas pela lei que até então não os agraciou da maneira necessária e específica. Afinal, a formação do Estado brasileiro sempre foi pautada pela formulação de uma burocratização legalizada pelas suas leis. Estas por si só, limitam o plano social dos trabalhadores.

2.4 O nascimento da Junta de Conciliação e Julgamento

Em 1932, foram criadas, as primeiras Juntas de Conciliação e Julgamento, (JCJ) pelo decreto 22.132. O nascimento da deste órgão também originou o primeiro espaço especializado para a resolução dos conflitos trabalhistas do Brasil sob essa nova atmosfera industrial. Pensando no que estabelece a **habilidade EM13CHS605**,⁴⁵ o aluno será instigado a pensar nas consequências concretas do ato que pode vir a violar esses direitos conquistados pelos trabalhadores rurais.

Inicialmente todo esse aparato vivenciado por esse novo funcionamento do poder legislativo não foi minimamente sentido no campo. Onde a construção política e social dos trabalhadores rurais permanecem sendo condicionadas por uma herança escravocrata.

Muitos desses instrumentos legais do Estado continuaram a existir parcial e teoricamente nas relações de trabalho da zona rural. Tudo isso deve ser levado em conta por uma contradição que crescia na burguesia nacional e pelo próprio estado. Desenvolver apenas a sua economia, negligenciando a parte da população trabalhadora e rural.

A primeira instância da Justiça do Trabalho só começou a ser de fato sentida no campo após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) sob a Lei nº 4.214, em dois de março de 1963. O ETR é considerado um divisor de águas na regulamentação da justiça, referente às carências, vivenciadas pelo “operariado rural” que enfrentava a dura relação de

⁴⁴ ARAÚJO. 2021. p. 58.

⁴⁵ BRASIL. 2018. “Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo”. p. 579.

trabalho. O ano de 1963, é por alguns considerado “o ano que não acabou”⁴⁶ por todos os significados que trouxe à História do Brasil, “em especial a dos trabalhadores.”⁴⁷

O Estatuto do Trabalhador Rural foi formulado para atender de forma legal as relações de trabalho no mundo rural. Mas não há definições de que relações seriam essas. Percebe-se que o ETR foi criado para atender exclusivamente aos trabalhadores do campo. A importância do Estatuto do Trabalhador Rural não pode deixar de ser considerada em relação ao ano de análise destes processos.

2.5 O recuo da luta: O golpe militar

*Em Pernambuco, as elites agrárias e parte da classe política, derrotada pela frente que levou Miguel Arraes ao poder, em 1963, apoiaram amplamente a ditadura. O estado era considerado estratégico para o novo governo, pois foi palco de intensos movimentos sociais, especialmente liderados por trabalhadores rurais.*⁵⁷

A análise dos processos trabalhistas, do ano de 1967 já são resultados dessa política autoritária do regime. Que se faz sentir ao analisar e observar os autos e as reivindicações dos trabalhadores rurais na Justiça do Trabalho. Sendo esta apossada pelo trabalhador, consciente da força legal que este órgão representava naquele momento. Nas palavras da historiadora, Joana Maria, “o Ministério do Trabalho,”⁴⁸ representou uma das primeiras instituições a serem atingidas com as políticas dos primeiros anos do regime.

Essas modificações foram amparadas pelas novas imposições do governo militar na legislação trabalhista. Aos poucos, o próprio Estatuto do Trabalhador Rural foi perdendo seus aparatos fundamentais de auxílio ao proletariado rural. Distanciando-se do seu “status de

⁴⁶ ARAÚJO. 2021. p. 61.

⁴⁷ ARAÚJO. 2021. p. 95.

⁴⁸ ARAÚJO. 2021. p. 127.

referência legal para os trabalhadores do campo.”⁴⁹

Como segue sendo apontado pela historiadora Araújo, o cenário pós golpe da Justiça do Trabalho foi intensificado com a presença do trabalhador que já se fazia significativa porém com todas as limitações às suas formas de protesto. Esse espaço de conciliação tornou-se o único aparato legal utilizado para promover justiça, ao trabalhador rural. Sendo este, subjugado pela construção das políticas públicas do governo autoritário.

Esse exercício de produzir conhecimento sobre a Zona da Mata Norte de Pernambuco serve para o alunado e a própria sociedade refletir algumas circunstâncias da vida cotidiana. Desnaturalizando assim, a desigualdade, o autoritarismo e a censura presentes em gestos como estes, citados acima, Ao avaliar as ambiguidades e contradições, presentes em algumas políticas públicas.

⁴⁹ ARAÚJO. 2019. p. 135.

3. CAPÍTULO II: PERNAMBUCO À FRENTE: A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS EM PERSPECTIVA

3.1 “Laboratório de Experiências sociais”⁵⁰

“Havia quem entendesse como uma desordem o fato de serem todos iguais perante a lei. Onde ficava o predomínio dos que podem, dos que mandam? Os humildes seriam melhor atendidos com a submissão: chapéu na mão, cabeça baixa. Quanto a nós, sempre compreendemos a ordem como o atendimento das necessidades da coletividade e não da de alguns, apenas. Esta ordem o povo estabelece e mantém quando pode participar do processo político, como soube fazer em Pernambuco. – Miguel Arraes.”⁵⁰

O cenário de Pernambuco no início dos anos 60 vivenciava a administração política do governador Miguel Arraes. Este político promoveu um papel fundamental enquanto uma figura popular. Ao presenciar o regime militar do ano de 1964, os trabalhadores rurais veem os direitos alcançados através da força coletiva serem aos poucos minados. Isto porque na administração política desse governador os relatos revelam a abertura de um espaço inédito para a participação popular pela primeira vez na história do Estado. Tornando possível visualizar um caráter democrático no campo antecedente ao estabelecimento do golpe.

Desde então, Pernambuco que até denominava-se como uma das “unidades de maior atraso mental,”⁵¹ recusa-se a permanecer neste cenário imposto com muita força pelas autoridades dominantes de marginalização histórica, referente ao que acontece no Estado pernambucano. O acesso à educação também ganhou força no território neste período de governança popular. Práticas como o plano de alfabetização empreendido por Paulo Freire,⁵² que tem como principal objetivo revelar o mundo de conservação da supremacia latifundiária

⁵⁰ CALLADO. 1980. p. 12.

⁵¹ CALLADO. 1980. p. 47.

⁵² CALLADO. 1980. p. 54.

para o homem da terra. Situando o indivíduo analfabeto na conjuntura social, traçando lutas para quebrar este ciclo de desigualdade regularizado pelo modelo capitalista adotado pela república.

Esse passo é tão importante quanto todos os direitos conquistados nessa década. Porque causa no trabalhador a ideia de que aprender a ler é entender que lutar é essencial para melhorar sua vida e a dos seus semelhantes. As forças vão se originando através dessa agitação cognitiva que faz surgir essa mentalidade altamente politizada, já presente nas “Ligas Camponesas de Julião”.⁵³

Além de promover uma nova perspectiva na sociedade rural, o governo de Miguel Arraes também se destaca pela presença pacífica da polícia militar (PM) nas movimentações e mobilizações no campo. Este grupo de policiais não buscava atuar como uma força limitadora e violenta. Nas palavras de Antônio Callado, assim se dava a “revolução-piloto de Pernambuco.”⁶⁶

“Acho que uma das razões é que existe em Pernambuco uma consciência clara de que as coisas precisavam mudar, e há indisposição à luta diante de uma situação que não parece em absoluto encaminhar-se para a guerra civil e sim para uma extrema democratização do Estado.” (CALLADO, 1980).⁶⁷

Para este jornalista, Pernambuco representava a direção para a revolução que “provavelmente inspiraria a revolução maior brasileira”.⁵⁴ Ao ir de encontro com essas perspectivas de mudanças singulares da região pernambucana. Busca-se nestas linhas, promover ao aluno leitor a experiência de comportar a **habilidade EM13CHS402**,⁵⁵ desenvolvendo “ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e violação dos Direitos Humanos.”⁵⁶

⁵³ CALLADO. 1980. Nesta passagem o jornalista aborda as agitações ocorridas no campo na busca de soluções, para o cenário que atinge a todos, que compõem a área rural. Nas palavras dele, “lá estão os padres que não veem nada demais no trabalho que fazem os comunistas entre os homens do campo, lá estão as ligas camponesas pregando guerrilhas sob a invocação do Padre Cícero de Juazeiro e lá está uma nova geração que trabalha até de graça para a Assessoria Sindical.” p. 51.

⁵⁴ CALLADO. 1980. p. 42.

⁵⁵ BRASIL. 2018. “Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica”. p. 576.

⁵⁶ BRASIL. 2018. p. 576.

3.2 O Mundo do trabalho após o golpe

Durante o período do regime autoritário (1964-85) as forças políticas continuam a garantir sua presença a favor dos grandes latifundiários, da Zona Canavieira. Dentro desse universo particular desta paisagem, as leis ou a ausência delas serviram de controle e coerção direcionados a essa mão de obra contingenciada pelo espaço social, que a região rural representa. O cenário era tenebroso para os movimentos de reivindicação no campo. Para os latifundiários/plantadores, a situação vivenciada com o golpe era recebida com muita felicidade. Estes encontravam-se sedentos pela violação desses direitos que viraram pauta no Brasil e no mundo, levantados pelos trabalhadores da Zona Rural.

O governo de Miguel Arraes passou a ser totalmente repudiado pela nova ordem administrativa dos militares. Por meio dos seus discursos, tentaram desvalorizar os movimentos sociais, ocorridos em Pernambuco. Dando a este grande episódio “a ideia de que os movimentos sociais que trouxeram importantes avanços, para os trabalhadores rurais, não passavam de mera luta de classes, incitada por grupos poderosos.”⁵⁷ A apropriação feita pelos militares do discurso das reformas necessárias no país, procurava deslegitimar as ações de reivindicação promovidas pelo proletariado rural, até então, estabelecidas e adquiridas através de muita luta.

Pensando na importância de levar o debate público de maneira crítica ao aluno. As colocações aqui apresentadas pretendem relacionar como o exercício da cidadania é contínuo e dinâmico. Porém para a prática desta, a política deve ser explorada tentando explicitar e debater as ideias referentes aos posicionamentos que foram tomados na sociedade brasileira nos anos de regime. Desse modo, espera-se que o estudante reconheça escolhas que fortalecem o exercício dessa cidadania. E também como se deu os direitos já estabelecidos ao trabalhador rural antes do golpe, que não podia por mais intensa que fossem as tentativas, silenciar os seus direitos.

É neste sentido, que sinalizarei sobre a importância de projetos de preservação como a atuação do Laboratório responsável por preservar e disponibilizar os processos trabalhistas presentes neste ofício historiográfico. Registrando além das articulações das classes, a ação da Justiça do Trabalho através do tempo analisado pelas lentes da história.

⁵⁷ ARAÚJO. 2021. p. 129.

3.4 Os caminhos de uma pesquisa

Essas observações foram traçadas sob a análise iniciada através de uma pesquisa histórico-metodológica, com fontes primárias referenciadas pelos processos trabalhistas da JCJ, de Nazaré da Mata, no ano de 1967. Nesta leitura foram investigadas as situações e articulações desses trabalhadores rurais no espaço legalizado. Com o intuito de abordar o funcionamento de um órgão público e como ocorre a materialização da relação entre o direito e a sociedade.

Constatando três processos que apresentam resultados distintos, algumas questões podem ser levantadas nesse diálogo entre o período vivenciado na Junta, no ano de 1967 e os critérios levados em consideração pelo órgão nesta discreta conquista do assalariado rural.

Em seu trabalho, que contou com um número considerável de processos da JCJ de Nazaré da Mata, a pesquisadora Joana Maria destaca as relações registradas pelos trabalhadores rurais nos processos imersos deste município. Abrangendo grandes empresas do setor sucroalcooleiro, como a Pessoa de Melo Indústria e a Comércio S/A.⁵⁸ Esta última foi alvo de muitas reclamações analisadas na caixa, referente ao ano de 1967.

Dentre os vinte e cinco processos trabalhistas estudados no acervo traçando a abordagem metodológica através da análise das informações padronizadas de cada trabalhador por meio de perguntas-chave. Buscando uma alternativa para reconhecer traços e costumes dessa relação trabalhista do campo. Recolheu-se dessas fontes padrões referentes a esses trabalhadores através dos autos dos processos. Serão destacadas três reclamações de trabalhadores rurais que procuraram a Junta para a resolução dos problemas travados com o empregador, que em todos os casos apontados são latifundiários donos de engenho.

A Justiça do Trabalho encara esse novo movimento de transição da sociedade, estabelecido a partir das novas possibilidades de industrialização econômica, culminando numa reordenação do Estado. “O suposto estabelecimento de regulamentação e proteção à classe trabalhadora, sob a égide da Justiça do Trabalho, representa de modo claro, a arregimentação das forças produtivas, que engendrariam o desenvolvimento industrial nacional à época”.⁵⁹ A garantia dessas leis trabalhistas asseguravam aos trabalhadores um lugar nunca confirmado pela administração política do país.

Analisar a prática da Justiça do Trabalho possibilita compreender e levantar mais

⁵⁸ ARAÚJO. 2021. p. 67.

⁵⁹ INÁCIO, Pedro Henrique. **Arquivos da Justiça do Trabalho: Fontes para o estudo das relações de vida e emprego no Recife, 1955-59**. Cadernos de História v. 6, n. 6 (2009). p. 6.

questões sobre a estrutura deste poder público. Vendo o seu funcionamento nas carências dessa classe, sempre marginalizada dentro dos pilares da economia nacional. Além de explorar novos caminhos de análise, os processos documentais tornam evidentes as diferenças apontadas por cada região estudada. Que neste trabalho procura mostrar especificamente os trabalhadores da Mata Norte, do estado Pernambucano.

3.5 Uma história feita pela memória

Mas apesar de todos esses desafios que o operar com a memória projeta, [... Recorre à metodologia da história para impedir que preciosos relatos se limitem a curiosos depoimentos de lembranças revisitadas.⁶⁰

O trabalho com esses documentos se tornou possível através do contato com o acervo do Laboratório de História e Memória (LAHM), localizado na UFPE.⁶¹ Este arquivo foi criado no início dos anos 2000 por professores/pesquisadores do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação (PPGH) da Universidade Federal de Pernambuco.

Sabendo que uma grande quantidade de processos trabalhistas iriam ser doados como papel reciclado para o Hospital do Câncer de Pernambuco, foi se estabelecendo uma grande mobilização por parte desses pesquisadores que temiam pela destruição de uma grande documentação fundamental para a história regional, social, política, econômica e cultural de Pernambuco. A partir deste ato, foi realizada uma negociação entre professores do Departamento de História e a Comissão de Documentação do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região com o objetivo de salvaguardar integralmente este acervo documental.

Em 2004, foi assinado um convênio entre a Universidade Federal de Pernambuco, (UFPE) e o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6). A partir de 2006, esses documentos passaram a preencher o Laboratório de História e Memória (LAHM).

Desde então, o acervo trabalha com uma equipe de bolsistas que direcionam seus estudos para a análise histórico-social do mundo do trabalho. Produzindo pesquisas sobre as

⁶⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. **A história vai ao cinema. “Cabra marcado para morrer: entre a memória e a história.”** Antônio Torres Montenegro. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁶¹ Este arquivo se encontra no 4º andar do CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas).

condições de vida, saúde, alimentação e tantas outras abordagens voltadas ao território da zona rural, a partir destas documentações. Há também a higienização e digitalização desses processos, por um grande grupo de voluntários e monitores, a fim de garantir a preservação e um melhor acesso a essas fontes para os pesquisadores do corpo docente e discente da Universidade. Além das Oficinas de História que ocorrem a partir do convênio realizado com as escolas de Pernambuco, que levam as suas classes de estudantes, para estudar e analisar as práticas do ensino que podem ser direcionadas pela visualização destes processos trabalhistas.

Pensando na História, como peça necessária para a formação de crianças e jovens com demandas relacionadas ao tempo presente, utiliza-se dos atributos técnicos dessa ciência para dar vida ao objeto que se tornou neste trabalho, um documento narrado pela historiadora.

Nesse arquivo/laboratório de estudos, situam-se processos trabalhistas das Juntas de Conciliação e Julgamento de Pernambuco, no período que vai de 1944 a 1985. Esses documentos apresentam um rico volume de registros e histórias de trabalhadores rurais e também urbanos, dentro das vivências desse novo cenário social, político e econômico brasileiro. Ao longo desse recorte temporal, apresenta-se muitas modificações dentro das articulações administrativas governamentais.

Distinguir os processos narrados pelo documento caracteriza-se como uma habilidade particular e enriquecedora da História. Nesse caminhar para a aprendizagem busca-se estimular a percepção sobre determinados povos e sociedades, em tempos e espaços diferentes que podem apresentar valores e princípios divergentes da atualidade.

Amparado por essa preocupação social e histórica, este acervo e todos os pesquisadores ligados a ele trabalham para cobrir as lacunas deixadas pela História oficial que vem aos poucos sendo revisada dentro dos ambientes escolares. Essa atividade envolve um pilar muito importante da historiografia: o papel da memória. Neste caso pretende-se resgatar e preservar as experiências relacionadas à organização e atuação de trabalhadores e outros grupos sociais no contexto brasileiro em análise.

Introduzindo para os leitores que nunca tiveram contato com a temática, a trajetória da História da Justiça do Trabalho no país, a partir de aspectos específicos traçados por esses órgãos. Esse novo posicionamento da história preserva uma parte da memória esquecida ou pretensiosamente apagada da região canavieira. Problematizando o olhar sobre o “outro” onde convém observar a presença de uma percepção estereotipada e naturalizada de diferenças.

Para a historiadora, Joana Maria, esses processos trabalhistas servem como uma fonte privilegiada de informações para a produção de conhecimento, reunidos por uma quantidade significativa de registros documentais. Além disso, os processos trazem uma perspectiva que

permite a compreensão da dinâmica do direito do trabalhador e o papel das forças políticas nesse debate historiográfico a partir das reclamações trabalhistas do século XX, composto por este caminhar de lutas por direitos e garantias de classe.

3.6 A Junta de Conciliação e Julgamento de Nazaré da Mata

No acervo do LAHM, os processos investigados foram das caixas iniciais do ano de 1967. Contando com os primeiros meses deste ano. A caixa escolhida compõem em torno de setenta processos resolvidos pela JCJ de Nazaré da Mata, município localizado na Zona da Mata Norte do Estado, distanciando-se cerca de 51 km da capital de Pernambuco, Recife.

Apresentou sua primeira formação administrativa pelos colonizadores portugueses, onde se sucederam suas primeiras atividades no território relativas ao cultivo da terra e à exploração das matas. No século XVIII, o sistema da produção açucareira determinou outro sistema colonial que foi a distribuição dessas possessões de terras pela coroa por meio das sesmarias para um outro português, chamado Urbano Pereira da Silva Júnior, que instalou o seu engenho denominado Lagoa D’Antas. Nome como ficou conhecido inicialmente, esta pequena vila.

Esta tradição agrícola foi intensificada no período imperial, com os levantes urbanos e as montagens das “oficinas de fazer açúcar” na criação do Distrito denominado de Nazaré, pela lei provincial⁶² nº 238, de onze de Junho de 1850, subordinando este município a Olinda. Pelo decreto-lei estadual nº 952, de trinta e um de dezembro de 1943, o município de Nazaré passou a denominar-se Nazaré da Mata. Segundo informações do site do IBGE, sua divisão territorial até 1960, constituía-se de três distritos: Nazaré da Mata, Buenos Aires e Tracunhaém. Esses dois últimos municípios foram desmembrados a partir de Leis estaduais no ano de 1963, “elevando a categoria de município de Nazaré da Mata para a posição de distrito sede”.⁶³

A JCJ de Nazaré da Mata foi instaurada pela Lei 4088/1962⁶⁴, esta também realizava

⁶² IBGE. Disponível no <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/nazare-da-mata/historico>. Último acesso em 04/04/2023.

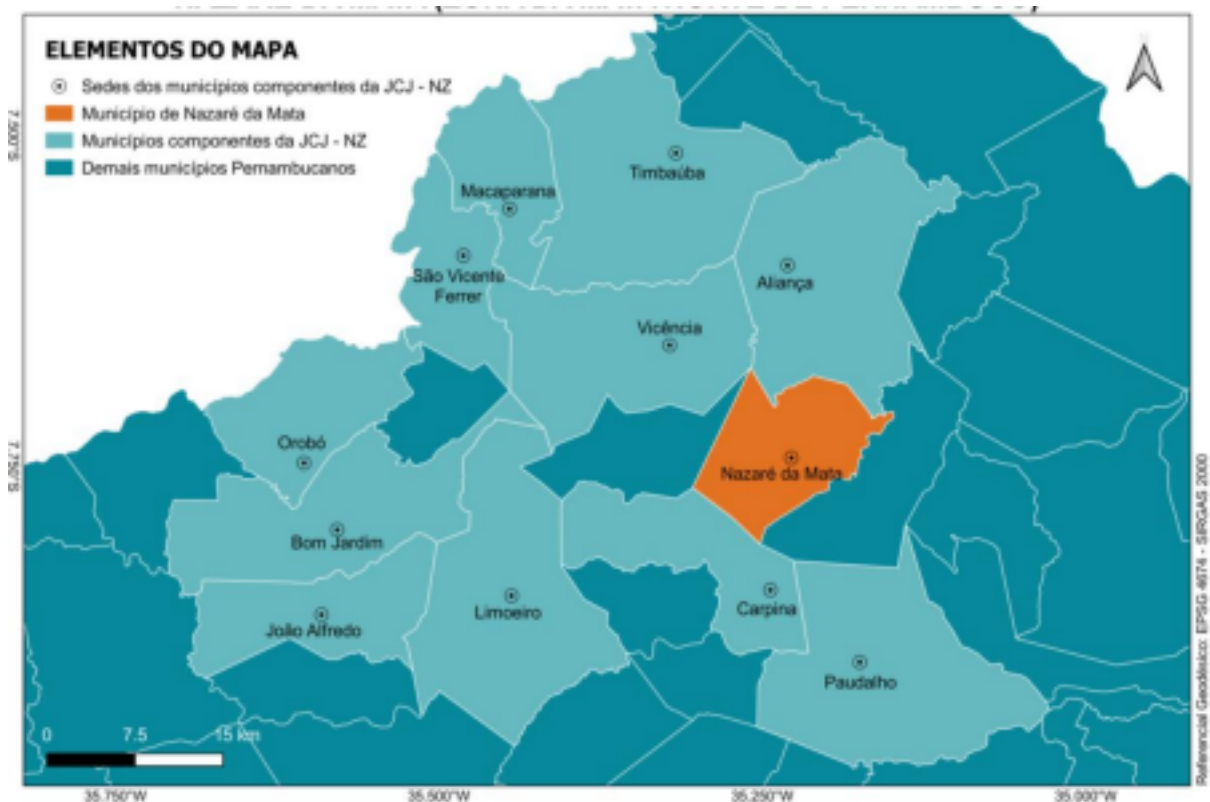
⁶³ IBGE. Disponível no <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/nazare-da-mata/historico>. Último acesso em 04/04/2023.

⁶⁴ Em sua tese de doutorado, a pesquisadora Joana Maria concentra-se nas análises do município de Nazaré da Mata, Região Norte do Estado, e na sua história, intimamente ligada ao desenvolvimento de usinas e engenhos ligados ao setor sucroalcooleiro.

suas atividades de trabalho nos municípios adjacentes a Nazaré da Mata como poderemos ver no mapa 3 a seguir. Os municípios de Carpina, Limoeiro, Paudalho, Vicência, Timbaúba, Tracunhaém, João Alfredo, Bom Jardim, Orobó, São Vicente Férrer e Macaparana, segundo dados levantados pela pesquisadora Joana.

Essa nova competência ligada à lei marca um novo trato referente ao efeito da cidadania na sociedade brasileira neste momento, que significou a inclusão desses trabalhadores rurais, nas classes protegidas pela lei.

**Mapa 3: Municípios que compõem a JCJ de Nazaré da Mata
(Zona da Mata Norte, de Pernambuco).**



Fonte: ARAÚJO, Joana Maria Lucena de. **Trabalho e Condições de vida na Zona da Mata Norte de Pernambuco** (Nazaré da Mata - 1964-1979). p. 65.

3.7 O perfil desses trabalhadores nos processos trabalhistas

A dinâmica dos processos movidos pela JCJ de Nazaré da Mata segue um padrão constatado na documentação analisada. Seguidos por “ritos jurídicos”⁶⁵ pré definidos na ida do trabalhador rural até o órgão público. É apresentada sua reivindicação, esta é registrada em uma pasta individual composta por um número de identificação do processo seguido pelo ano da ocorrência, especificando o que diz o trabalhador rural na Junta julgadora, registrado no auto.

Nas informações extraídas do Processo trabalhista, número 023/67.⁶⁶ O trabalhador rural, I. B. N. Casado, brasileiro residente do Sítio Açudinho, compareceu à Junta de Conciliação, no dia dez de janeiro do ano corrente, para prestar sua reclamação referente ao P. M., dono do Sítio Açudinho, onde foi lavrado um termo de reclamação assinado pelo chefe da secretaria da Junta e pelo reclamante, que não assinava. Representando as altas taxas de analfabetismo da Zona da Mata. Em suas queixas há a falta de pagamento do aviso prévio pelo empregador, que o dispensou após onze meses de trabalho. Pede também a diferença salarial e décimo terceiro salário. O mesmo afirmou que ganhava Cr \$2.000 (dois mil cruzeiros) por semana.

No processo 023/67 acima citado, foi realizada uma notificação de comparecimento à audiência, na Junta de Conciliação e Julgamento, no dia vinte e cinco de janeiro de 1967, cujo assunto se refere à reclamação trabalhista do I. B. N. No registro do dia vinte e cinco o documento apresentado na pasta do processo é um termo de “adiamento” por não comparecimento da reclamada. A ausência de um representante do Sítio Açudinho, situado no município de Tracunhaém resulta em uma nova notificação presente no processo.

É apresentada no processo para o comparecimento da reclamada na Junta, no dia quinze de fevereiro. Na chegada do dia quinze, a reclamação trabalhista apresentada pelo trabalhador rural foi arquivada pelo Juiz presidente da Junta H. B. S. M.

Não existe registrado na pasta do processo o porquê do arquivamento. Esses documentos trabalhistas deixam evidente essa similaridade encontrada no documento. O trabalhador rural que foi até a Junta de Conciliação e Julgamento teve os seus direitos silenciados. Atendendo aos interesses que passam longe de ser o dos trabalhadores rurais. Essas expressões sem qualquer explicação clara encontradas no documento, evidenciam as

⁶⁵ MIRANDA. 1991. p. 11.

⁶⁶ O Processo 23/67 é encontrado no arquivo do LAHM, no 4º andar do CFCH na UFPE.

diferentes visões dos sujeitos/grupos no mesmo contexto histórico.

Nesta atuação indireta deste conflito direto entre trabalhadores e empregadores rurais, a Junta de Conciliação e Julgamento, “dotada de uma dignidade, oriunda de sua magnitude arquitetônica e jurídica”⁶⁷, marcando as definições dos princípios racionais procura uma conciliação entre as partes envolvidas. Esse exercício compõe-se como função direta de um Juiz da Junta. Ele expressa a garantia desse comportamento público, referente a instituição. Não cabe a mim afirmar os interesses que circundam a JCJ de Nazaré da Mata nas sentenças destinadas aos processos. Porém, é perceptível os direcionamentos sob marcos definidos por princípios racionais, apontados pelo “reverso desta moeda”⁶⁸ na obra da antropóloga Moema Maria Marques, quando relacionados “a interferência de uma ordem tradicional,”⁶⁹ nesta estrutura guinada pelas bases da razão. Evidenciando um sentido mais amplo das articulações, sob formas de controle da sociedade na atuação dos juízes, “que variam de acordo com o grupo social ao qual a Junta atende prioritariamente o estado onde se localiza, e o nível de organização da chamada sociedade civil.”⁷⁰

Trazer essa questão leva em conta que mesmo com todo este esforço do trabalhador, em politizar-se dentro da dinâmica do Estado, dotados de princípios educacionais de igualdade social e com todos os avanços no plano federal. A intensificação dessas lutas sofreu com a reação de proprietários, que agiam na defesa dos seus interesses, atuando com violência, ameaças e assassinatos como já foi relatado no ano de 1955, com o paraibano João Pedro Teixeira, marido da ativista, Elisabete Teixeira.

O segundo processo, numerado 033/67⁷¹ apresenta uma situação de relação do trabalho diferente. O trabalhador rural J. J. N. Casado, brasileiro, consta sua assinatura no processo. No seu auto não conta quanto lhe pagava pelo seu serviço ou por quanto tempo exerce as suas atividades de trabalho na plantação para o reclamado. Compareceu à JCJ no dia doze de janeiro de 1967 para realizar uma reclamação trabalhista contra o Engenho Lagoa, situado em Nazaré da Mata. Onde foi afirmado pelo trabalhador rural em sua narrativa escrita em processo, que este “limpava mato, cortava cana e fazia qualquer trabalho exigido pelo reclamado.”⁷²

Pode-se observar no processo que há uma problemática envolvendo a comprovação do

⁶⁷ MIRANDA. 1991. p. 29.

⁶⁸ MIRANDA. 1991. p. 31.

⁶⁹ Essa seria a forma de controle difundida pela sociedade conservadora latifundiária da Zona Canavieira.

⁷⁰ MIRANDA. 1991. p. 32.

⁷¹ O Processo 033/67 é encontrado no arquivo do LAHM, no 4º andar do CFCH na UFPE.

⁷² Auto encontrado no processo 033/67 da JCJ de Nazaré da Mata.

seu vínculo empregatício com a propriedade rural, isso porque era raro existir o dito contrato formal de trabalho nesta região. Essa ausência se soma às outras carências não pleiteadas e seguidas pelos artigos do ETR.

Evidenciados pela historiadora Joana Maria Araújo, os artigos 5º e 6º do ETR são dedicados a regulamentar o contrato de trabalho formal no campo. Neste era obrigatório constar a atividade de trabalho oferecida pelo trabalhador rural. No entanto, essa experiência se tornou complicada, vista a resistência dos proprietários e arrendatários em seguir a lei.

A análise dos processos trabalhistas evidenciam as nuances do sistema da morada que não foi totalmente extinto na década de 50. Isso porque, dos processos analisados, a grande maioria dos trabalhadores rurais residiam no próprio local de trabalho. Como ressalta a historiadora Joana, esses funcionários que vivem no engenho/usina não costumam ser dispensados na entre safra, sendo geralmente aproveitados para outras tarefas do local. Essa dependência criada entre o patrão e o empregado abre espaço para certos abusos, que são frequentemente utilizados como instrumento de barganha contra uma reclamação trabalhista, por exemplo.

Na documentação consta que o reclamante foi suspenso de suas funções por três dias. Iniciando no dia sete do corrente mês de janeiro até o dia onze deste mesmo mês. Sendo assim, o reclamante solicita que a JCJ notifique o reclamado, em dia e hora fixados por uma audiência para o pagamento dos três dias de suspensão não justificados.

Na notificação, a JCJ designou a presença do reclamado na audiência marcada para o dia três de fevereiro. Chegado ao dia da audiência consta na documentação a desistência verbal do trabalhador a respeito da reclamação trabalhista que é por unanimidade homologada pela Junta.

3.8 As experiências dos trabalhadores rurais

O que leva um trabalhador a renunciar sua reivindicação por direitos garantidos na lei? Não é possível saber com precisão qual foi a razão por esse ato do trabalhador rural. Um acordo com o seu empregador? é uma reflexão. Pensando no que traz o historiador, Ferreira Filho, sobre os desdobramentos desse trabalhador rural em se deslocar no dia de sua audiência

até a JCJ para desistir de suas reclamações contra o reclamado para quem trabalha. Vê-se que primeiro: não era tão simples assim deixar de comparecer à audiência. Mesmo que para o trabalhador fosse muito mais fácil, não gastar o dinheiro necessário para se deslocar à Junta. Ao desistir do seu processo caso ele seguisse essa ideia de não comparecer, sua reivindicação seria arquivada e é nesse sentido que de acordo com o artigo 731 da CLT, fica mais complicado para o trabalhador rural, pois em casos de arquivamento do processo, é proibido sob um prazo de seis meses que o trabalhador recorra à Justiça do Trabalho pelo mesmo motivo. A presença na JCJ garante sua justificativa e exime o trabalhador de qualquer ônus trabalhista.

No que segue as considerações do historiador, deve-se estar atento aos nuances, “escondidos” pela dinâmica que ocorre na Junta e como se dá os andamentos dos processos, ou seja, do ato de conciliação e justiça na prática.

“Do ponto de vista estritamente jurídico, as conciliações eram a expressão do êxito da Justiça, já que a mesma se propunha a tal. Porém, não evidenciaram as diferenças entre as classes, como em certa medida, as escondiam. Longe de uma harmonização/conciliação entre as classes, ela confirma que a história dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Pernambucana era, antes de tudo, um ponto de tensão entre contrários: entre o capital e o trabalho; o social e o econômico; o tradicional e o moderno; entre a imparcialidade e a tomada de posição. A Justiça do Trabalho, mesmo homologando conciliações com valores que chegam a menos de 2% do valor reclamado, era prevista para funcionar dessa forma. Isto é, a ‘liberdade’ das partes era soberana. Cabia ao Juiz sancioná-la.”⁷³

Apesar de todos os avanços encontrados na legislação trabalhista do campo, a análise desses processos visualiza uma necessidade da elite dominante em encontrar estratégias para maquiagem o funcionamento do órgão. Estes plantadores que antes previam ter o poder sobre a vida e morte destes trabalhadores da zona rural que moravam e trabalhavam em suas terras, agora enfrentavam essa nova força da lei, que desafiava os que antes possuíam toda a autoridade na Zona da Mata de Pernambuco, nesta configuração do período de uma agroindústria canavieira responsável por fortalecer as bases capitalistas do mercado.

Para o empregador as vantagens sempre foram nítidas. E isso não quer dizer que na análise desses documentos não foi encontrado nos autos dos processos trabalhistas, “conciliações procedentes em parte ou plena geral e irrevogável quitação do objeto da

⁷³ FERREIRA FILHO. *Entre ‘direitos’ e ‘justiça’: os trabalhadores do açúcar frente à Junta de Conciliação e Julgamento de Escada/Pernambuco (1963-1969)* 2009. p. 13.

reclamação” - termos que constam na documentação seguida da quantia julgada pelo juiz no ato da sua sentença. - Como consta no processo 034/67⁷⁴ do trabalhador rural J. F. A. brasileiro, solteiro, residente do engenho Jucá. Este apresentou sua reclamação contra o engenho anteriormente mencionado, propriedade do reclamado, J.C.Q. no dia dezoito de janeiro de 1967. Solicitando o pagamento do aviso prévio e do décimo terceiro salário. Teve no dia dez de fevereiro seu termo de conciliação, julgado procedente. O acordo a ser cumprido nas seguintes condições: “Pagar o reclamado ao reclamante no ato presente, a quantia de Cr \$10.000 (dez mil cruzeiros), dando o reclamante ao reclamado, plena geral e irrevogável quitação.”⁷⁵

De qualquer maneira, o empregador também levava as vantagens em um processo resolvido por meio de acordos. Afinal, nem todos os trabalhadores rurais que reivindicavam os seus direitos eram contemplados com a sentença em pagamento da instância judiciária.

Já para o trabalhador rural, se expor publicamente na sua reclamação trabalhista perante as autoridades, era bem mais delicado e ausente de vantagens neste momento de tensão e repressão política. Isto porque a reclamação não englobava apenas questões financeiras mas mexia com o sentimento de justiça e moral do trabalhador que se importava com a validade dos seus direitos, ligados ao “sentimento de justiça”.⁷⁶

Sendo assim, todos os envolvidos estavam também interessados numa “vitória política e moral.”⁷⁷ O trabalhador rural reivindicava direitos por muito tempo silenciados, enquanto o empregador via naquele ato um gesto de “ingratidão e desrespeito”⁷⁸ com o sujeito que lhe deu uma oportunidade de trabalho.

Como afirma a pesquisadora, Moema Miranda “a proposta de acordo soa como um aceno de paz.”⁷⁹ Nesse sentido, afirmar que ao oferecerem um acordo os empregadores estavam dispostos a reparar um erro é afirmar que estas empresas reconheciam a autoridade das leis. Ao analisar os processos da JCJ de Nazaré da Mata é nítido como esse reconhecimento não era pleno.

Os direitos trabalhistas mais reivindicados pelos trabalhadores na JCJ, de Nazaré da Mata são: o pagamento do aviso prévio e do décimo terceiro salário. Este último já era garantido como um direito do trabalhador desde a promulgação do ETR, mas não era assegurado pelo empregador. “Essa é uma questão emblemática na trajetória de lutas por

⁷⁴ O Processo 034/67 é encontrado no arquivo do LAHM, no 4º andar do CFCH na UFPE.

⁷⁵ Sentença presente no Termo de Conciliação do processo 034/67.

⁷⁶ FERREIRA FILHO. p. 15

⁷⁷ Ibidem. p. 15.

⁷⁸ Ibidem. p. 15.

⁷⁹ MIRANDA. 1991. p. 230.

direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais.”⁸⁰ Já o aviso prévio é uma outra causa muito citada nos processos. A historiadora Joana aborda em seu estudo a colocação a seguir, que me faz refletir sobre este fato:

“Esse alto número está ligado ao momento social e econômico vivenciado pela agroindústria açucareira entre os primeiros anos da década de 1960 e 1970. Com a alta dos preços do açúcar no mercado internacional e os incentivos fiscais para a produção de álcool, muitos proprietários de terra destruíram sítios e plantações de subsistência de trabalhadores que residiam em suas terras a fim de aumentar a área de plantio da cana. Essas demissões eram realizadas de forma abrupta sem aviso prévio nem pagamento de qualquer tipo de indenização, como demonstra o alto número de processos nos quais os trabalhadores afirmam ter sido demitidos sem justa causa.”⁸¹

A discussão em torno da análise dessas conciliações que passaram a ser feitas intensivamente com a interiorização das Juntas de Conciliação e Julgamento possibilitou a análise dos documentos apresentados até aqui. Nos levando a refletir sobre como os impactos do Estatuto do Trabalhador Rural se tornavam discretos. Nessa discussão aqui apresentada não se busca findar as discussões sobre isso. Mas levantar possíveis questionamentos sobre os efeitos de uma lei dentro das relações de trabalho.

É nesse caminho que os processos aqui analisados não representam uma realidade a parte da sociedade rural aqui revelada e estudada. Mas a própria realidade que compõe a Zona da Mata Norte de Pernambuco no ano de 1967. Dessa forma, reitero as competências específicas do ensino de história para a educação de jovens críticos. Ao se deparar com acontecimentos históricos e relações de poder, através de processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, compreendendo o movimento das populações e das unidades no tempo e no espaço, carregados de significados históricos.

⁸⁰ ARAÚJO. 2021. p. 69.

⁸¹ ARAÚJO. 2021. p. 70.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Levantar o debate acerca das memórias e relatos construídos sobre a Zona da Mata Norte açucareira nos leva ao seu impacto, afetando o imaginário social coletivo. Com base na exposição deste estudo, que perpassa por alguns aspectos cruciais no tocante à formação histórica e social da região. Por meio do debate em torno da presença dos povos escravizados da sociedade açucareira, da identidade dos trabalhadores rurais e da atuação da Justiça do Trabalho no ano de 1967.

Dessa maneira, é importante elencar a essas considerações as singularidades que acompanham esta sociedade no seu espaço. Percebendo também as suas manifestações culturais. Atentando-se para a essência de sua construção e preservação no decorrer do tempo, que abre uma nova perspectiva tornando possível pensar nas expressões, modos e costumes desse grupo rural, a partir da sua existência na Zona da Mata Norte.

Muito do que vem a influenciar tanto a arte como a cultura do Nordeste representado por um universo de diversidades, das melodias e batidas, danças e ritos, cortejos e celebrações, tem em sua essência, as manifestações e criações da Zona Rural. Percebidas nas fortes ligações dessa cultura com a produção açucareira.⁸² Mas porque o corpo social continua a conhecer tão pouco, da cultura e das tradições? Além das contribuições deixadas por esta sociedade rural da Zona da Mata de Pernambuco?

O papel do resgate estabelecido pela memória ao conectar esta temática a ferramenta histórica, que é a fonte material/documental. Aponta para um caminho que estimula a compreensão dessa sociedade enquanto um grupo que merece o reconhecimento estabelecido a partir de incentivos do poder público estadual ao preservar e elucidar no ambiente educativo e social, da maneira mais clara, objetiva e responsável que isso possa acontecer. Apresentando abordagens, de cunho conscientizador e inovador para as relações humanas do presente.

A análise dessa fonte histórica baseada em um estudo metodológico está voltada para um público composto por jovens, adolescentes e adultos. Presentes na última fase da Educação básica estruturada pela BNCC, como os *anos finais do Ensino Médio*. Buscando assim, superar a fragmentação das políticas educacionais. Fortalecendo a colaboração entre as esferas do governo atuando enquanto condutor para a qualidade da educação, entendendo que essa tarefa está muito além da garantia de acesso e permanência do aluno na escola. É necessário que

⁸² SILVA, Severino Vicente da. Liberdade e Criatividade cultural na Mata. In: **Cadernos de História da UFPE**, V. 6. Nº 6. 2009.

sistemas, redes e colégios atuem de maneira conjunta garantindo um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes e jovens, dialogando com as responsabilidades do mundo contemporâneo.

Os jovens e adolescentes que entram em contato com essa escrita da história da zona canavieira de Pernambuco apresentam uma certa maturidade para processar os temas sensíveis apresentados nos estudos sobre a condição dos trabalhadores rurais da Zona Rural. Estes que labutavam como se isso fosse um papel social a ser exercido exclusivamente por eles.

Voltando para o projeto de vida do próprio aluno. Por meio da educação serão adotadas temáticas que abordem as nuances do mundo do trabalho que percebe este grupo juvenil, como o principal alvo para a ocupação das novas responsabilidades e demandas do mundo contemporâneo. Refletindo sobre a ausência de abordagens como essas tão escassas na base do ensino escolar.

Trazendo um pouco da minha experiência como aluna do ensino da rede estadual de Pernambuco nos anos de formação da educação básica não posso afirmar que tive contato com abordagens que apontassem as interpretações do trabalhador rural. Sobre aquela monocultura açucareira; fontes históricas interpretadas para compreender a realidade daquele momento ou movimentos sociais conectados ao trabalhador. Restando apenas, menções a reforma agrária e como esta seria motivo de melhorias para a vida da família rural, humilde, cortadora de cana.

Em indagações com colegas do curso sobre a temática percebo como o estudo embasado no trato de uma rica documentação é vivenciado apenas por essa bolha da academia, que vem a combater de maneira quase solitária a falta de informação e conhecimento sobre a história da Zona da Mata. Alertando sobre as considerações que esta releitura comporta para o imaginário social. Pensando neste estudo como uma chave que abre portas para a qualidade do ensino escolar/social.

O aprofundamento da discussão sobre as formas de organização do Estado, do poder e do governo abordará em sua essência sobre a categoria do trabalho, sabendo-se que a sociedade é estruturada por ações individuais e coletivas, direcionadas a sua estrutura política e econômica da administração governamental. Atribuir a aprendizagem do aluno a estudos que revelem a realidade em que essa riqueza nacional, regional ou local é construída o levará a perceber as articulações dessa categoria comportada por dimensões específicas de dominação e formas de produzir, responsáveis por transformar a natureza no palco da exploração justificada. Essa abordagem pode ser realizada por amplas perspectivas que estudem o mundo das relações trabalhistas. Levantando argumentos sobre o valor do trabalhador, numa

sociedade capitalista. Refletindo sobre como a atividade do trabalho aponta para dimensões tanto corporativa como de integração social.

Possuir na ciência histórica ferramentas que possibilitem esse estudo parece um bom começo. A História se faz como uma das principais engrenagens de superação das dificuldades do corpo social em uma sociedade marcada por problemáticas que constata a permanente desigualdade da região rural. Nesse sentido, é necessário pontuar neste trabalho de uma forma que contemple e alcance os propósitos obtidos ao longo dos anos pelo acervo do LAHM, ao atuar e dialogar com o ensino e a pesquisa científica.

Além do imenso volume documental, resguardado pela equipe do Laboratório, as Oficinas de História atuam enquanto um recurso pedagógico destinado aos professores e alunos da rede pública e privada do ensino estadual. Essa atividade faz parte de um projeto de extensão do Laboratório História e Memória UFPE/TRT6^a, vinculado ao Departamento de História e ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. O contato da classe estudantil com o acervo é realizado a partir de um agendamento com dia e hora marcados pelo professor da escola, no site do laboratório.

O procedimento para a realização dessa atividade no espaço do LAHM costuma ser muito prático e acessível. Professoras e professores, além dos coordenadores das escolas, ao acessarem o site do laboratório preenchem o formulário e finalizam o agendamento.

Para receber os alunos no espaço do acervo as oficinas ocorrem com o auxílio dos monitores e professores, que debatem com os alunos. Ao analisar os processos trabalhistas das caixas, enfileiradas em estantes cheias. Vivenciar um acervo público pode ser o primeiro contato daquele aluno com fontes históricas. É neste momento de diálogo que se toma conhecimento de todo o processo de cuidado e preservação destinado a essa documentação, dando ao estudante a oportunidade de observar a seriedade do processo de fazer pesquisa e ciência.

As oficinas do Laboratório contribuem com uma metodologia principal que é a própria análise dos processos trabalhistas pela classe estudantil. Em cada causa o objeto da reclamação exibe uma característica relação, para cada trabalhador com o seu empregador. O aluno irá sondar quais ações julgam o descumprimento da legislação brasileira, percebendo temas constantes como: o não pagamento das férias, não pagamento de décimo terceiro salário, a dimensão do Estatuto do Trabalhador Rural e se este era de fato cumprido. Além da atuação da própria Justiça do Trabalho durante os anos e seus contextos políticos específicos. Levando ao debate a História do trabalhador e da Justiça do Trabalho na Agroindústria de Pernambuco.

Os conhecimentos adquiridos nesta aula somam-se às experiências deste grupo juvenil sobre o ofício do historiador.⁸³ Deixando de ser um cientista do passado ao dar ao presente a importância de compreender o que já passou e vice-versa.

Infelizmente, a história do trabalho neste recorte territorial ainda é sinônimo de exploração e violação a um determinado grupo social. Marginalizado e violentado nas suas formas física e moral. Falar sobre temas que envolvem a intensa violência, desnutrição, assassinatos, censuras e silenciamentos direcionados aos trabalhadores rurais, não é fácil. Requer do historiador muita sagacidade para falar sobre essa temática e evidenciar esses fatos. Mais difícil ainda problematizar a acumulação econômica de uma nação erguida pelo trabalho de povos escravizados.

Nesse sentido, o trabalho histórico produzido procura responder da melhor maneira, aos desafios impostos pelas inovações tecnológicas dos meios de produção capitalista que implica na concentração desse capital. Onde as relações de trabalho causam efeitos diretos na desigualdade social, culturalmente construída. O espaço de conhecimento aberto por esse estudo dará ao aluno o ensejo para compreender e analisar os projetos políticos e econômicos do contexto ao qual muitas vezes ele se insere.

Essa ampliação da visão do mundo, a partir da narrativa histórica resulta em benefícios para o ensino educacional. Promovendo ao aluno novas dimensões do conhecimento ético relacionados à criticidade e autonomia para este estudante. Que em muitas realidades já se encontram inseridos no mundo do trabalho.

⁸³ BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos e projetos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **História Social da agroindústria canavieira**. Instituto do Açúcar e do Alcool, Museu do açúcar. Recife: 1974.
- ANDRADE, Manuel de Oliveira. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. Editora UNESP, 1994.
- ARAÚJO, Joana Maria Lucena. Trabalho e Condições de vida na Zona da Mata Norte de Pernambuco (Nazaré da Mata - 1964-1979). **In: XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE: História e os Desafios do Tempo Presente**. 2018.
- ARAÚJO, Joana Maria Lucena de. **Trabalhadores rurais e a Justiça do Trabalho: a luta por direitos através dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação de Nazaré da Mata – PE (1963-1979)**. Tese de doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2021.
- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. N. 26-2, 2008/ Programa de Pós-graduação em História/ Universidade Federal de Pernambuco. Apresentação Christine Rufino Dabat, - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- DABAT, Christine Rufino. Sidney W. Mintz, um intérprete do Brasil que contribui para o ensino da história **In: XI Encontro Estadual de História** da Associação Nacional de História, Democracia e Diversidade, produção e socialização do conhecimento. Recife: EDUFPE, 2017. V.I.
- DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona Canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil** (Pernambuco, século XX). 2 Ed. ampl - Recife: Editora UFPE: 2022. Tese de doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco.
- FERREIRA FILHO, M. M. **Direitos conquistados, Discretas Esperanças: As leis, os canavieiros e os conflitos na Justiça do Trabalho (Escada, 1963-1969)** – Monografia de TCC. Universidade Federal de Pernambuco. 2009.

IBGE. Disponível no <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/nazare-da-mata/historico>. Último acesso em 11/04.

INÁCIO, Pedro Henrique. Arquivos da Justiça do Trabalho: Fontes para o estudo das relações de vida e emprego no Recife, 1955-59. **In: Cadernos de História da UFPE**, V. 6. Nº 6. 2009.

MINTZ, S. W. **Dulzura e Poder. El lugar del azúcar en la história moderna**. Título original: Sweetness and power Sidney W. Mintz, 1985 Traducción: Laura Moles Fanjul Diseño de cubierta: Carlos Palleiro. Editor digital: Titivillus, 2019.

MIRANDA, Moema M. **Espaço de honra e de guerra: Etnografia de uma Junta Trabalhista**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1991.

ROGERS, Thomas D. Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata Pernambucana. **In: Cadernos de História da UFPE**, V. 6. Nº 6. 2009.

SILVA, Severino Vicente da. Liberdade e Criatividade cultural na Mata. **In: Cadernos de História da UFPE**, V. 6. Nº 6. 2009.

SIQUEIRA, Renata B. C. **Canavieiras em embate na Justiça do Trabalho**: precarização do trabalho, relações de gênero e luta para defender direitos conquistados (Região Sul da Zona da Mata de Pernambuco, 1972-1975). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial. (1850-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998). São Paulo: Hucitec, 1993.